



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Quarta - feira, 3 de Março de 2021

Seis anos do assassinato de Gilles Cistac: Exigimos justiça!

Faz hoje seis (6) anos que os inimigos dos defensores dos direitos humanos silenciaram uma das vozes mais activas e engajadas da sociedade moçambicana: Gilles Cistac, Constitucionalista e Professor Catedrático.



Mais do que um assassinato, a imagem chocante e revoltante de um ser humano crivado de balas e tombado no asfalto da Avenida Eduardo Mondlane, em pleno centro da capital Maputo, na manhã de 03 de Março de 2015, simbolizava o início de uma espiral de violência contra defensores

dos direitos humanos e académicos.

Seis anos depois, as instituições da Justiça ainda não esclareceram este crime hediondo e os moçambicanos continuam sem saber quem mandou atirar contra Gilles Cistac, reputado Constitucionalista e fonte de inspiração para muitos jovens juristas.

Sua voz foi silenciada para sempre numa altura em que decorria o debate sobre a criação de “províncias autónomas”, uma velha exigência de Afonso Dhlakama, então líder da Renamo. Gilles Cistac defendia que era possível transformar a província numa autarquia local, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Para tal, argumentava o Constitucionalista, não era necessário rever a Constituição da República, pois ela mesma previa que o legislador podia estabelecer outras categorias autárquicas superiores ou inferiores à circunscrição territorial do município ou da povoação.

Seis anos depois, Moçambique tem Governadores eleitos nas Províncias, ainda que “ofuscados” pelos Secretários de Estado na Província, a figura que representa o Chefe de Estado e a quem a Frelimo atribuiu amplos poderes executivos como forma de se precaver de uma possível vitória da oposição nas eleições provinciais.

Gilles Cistac foi a primeira vítima de um ciclo sem fim à vista de violência física e psicológica contra defensores de direitos humanos.

Seguiram-se outras atrocidades que tornaram hostil o ambiente operacional dos defensores dos direitos humanos em Moçambique, como o rapto e tortura do Professor José Jaime Macuane e do Jornalista Ericino de Salema; o assassinato a tiro em plena campanha eleitoral de 2019 do activista Anastácio Matavele; o incêndio por fogo posto das instalações do jornal independente Canal de Moçambique; as campanhas de assassinato de carácter e a instauração de processos judiciais contra editores e directores da imprensa independente; os ataques xenófobos e acusações infundadas contra o então Bispo de Pemba, Luiz Lisboa; o desaparecimento forçado de jornalistas, torturas e assassinatos de civis em Cabo Delgado, só para citar alguns casos.

Não admira, pois, que Moçambique se tenha posicionado entre os 27 Estados que registaram maior recuo nos direitos políticos e liberdades dos seus cidadãos na última década (2010 – 2020), segundo o relatório anual “Liberdade no Mundo 2021 - Democracia sob Cerco” da Freedom House, divulgado esta quarta-feira.

Exigimos justiça e liberdade!

Maputo, 03 de Março de 2021



Rua Dar-Es-Salaam N° 279, Bairro da Sommerschild, Maputo - Moçambique



www.cddmoz.org



info@cddmoz.org



[@CDD_Moz](https://twitter.com/CDD_Moz)



+258 21 418 336



[@cddmoz](https://www.facebook.com/cddmoz) | [@cddyouthonlineTV](https://www.facebook.com/cddyouthonlineTV)